



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria dos Transportes Metropolitanos
Unidade de Coordenação de Projetos**

ATA

Nº do Processo: 026.00003155/2023-69

Interessado: Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Assunto: FORNECIMENTO DE 44 TRENS METROVIÁRIOS (6 CARROS CADA) LINHAS 2- VERDE, 1-AZUL E 3-VERMELHA - METRÔ

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO SEI 026.00003155/2023-69- CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL STM nº 0001/2023 e METRÔ Nº 10015590 – OBJETO FORNECIMENTO DE 44 NOVOS TRENS METROVIÁRIOS (6 CARROS CADA), PARA AS LINHAS 2 – VERDE, 1 – AZUL E 3 – VERMELHA

Os membros da Comissão Especial de Contratação, identificados ao final, designados para a Concorrência em referência pelo Despacho nº 195, de 5 de Dezembro de 2024, com fundamento no § 2º do artigo 7º, da Lei nº 14.133/2021 e nos termos da competência conferida pelo inciso II, do artigo 1º da Resolução STM nº 13 de 07/05/2024, devidamente qualificados para receber, examinar e decidir as impugnações ao edital e aos seus anexos, decidem, com base no Parecer JUC/CLN nº 1007/2024, Parecer CJ/DER n.º 780/2024, e subsídios das áreas técnicas da COMPANHIA DO METRÔ (Gerência de Contratações e Compras - GCP, Gerência de Engenharia de Custos - GCE, Gerência de Suporte e Engenharia Operacional - GSE e Gerência de Execução Financeira - GEF) pelo recebimento e conhecimento da impugnação apresentada para este certame em 04/12/2024, posto que tempestiva e, no mérito, pelo seu **indeferimento**, conforme detalhamento abaixo.

Item	Objeto da Impugnação
01	Lances e funcionalidades do sistema eletrônico.
02	Intervalo mínimo entre lances.
03	Data-base dos preços propostos em moeda estrangeira.
04	Dos critérios de desempate.
05	Critério de reajustamento do edital
06	Propriedade Intelectual
07	Cláusula 5.2.2.1.1 da minuta de termo de contrato (Regramento das variações cambiais para a parcela cotada em moeda estrangeira de até 10% (dez por cento).

O item 01 foi esclarecido no bojo das informações prestadas pela Gerência de Contratações e Compras. O Sistema de Compras do Governo Federal, conforme consta da manifestação da área técnica, possibilita ao licitante *“... parametrizar o seu valor final mínimo correspondendo ao menor preço quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras: 1) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e 2) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo.”*.

O item 02 foi esclarecido no bojo das informações prestadas pela Gerência de Contratações e Compras. A alegação de que o intervalo entre os lances seria excessivo não merece prosperar tendo em vista o valor estimado da contratação, segundo proveitosa a transcrição de seguinte entendimento da área técnica: *“... nos termos do 57 da Lei 14.133/2021, que estabelece que o edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, a opção pelo percentual de 0.45% é razoável, não apresenta qualquer restrição à competitividade, é aderente ao escopo da contratação e é compatível com a sistemática adotada pela administração pública do Estado de São Paulo.”*.

O Item 03 foi esclarecido no bojo das informações prestadas pela Gerência de Engenharia de Custos. O próprio edital dirime a dúvida, tendo a área técnica atestado que *“Conforme estabelecido no item 6.4.23 do Edital, a data-base da licitação é 01/04/24, a qual deve ser considerada para todos os preços, tanto nacionais como estrangeiros. Dessa forma, as taxas de câmbio devem corresponder às vigentes para a data-base da licitação.”*.

O item 04 foi esclarecido a partir da literalidade inerente ao Artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021. O critério de desempate estabelecido no edital, ao contrário do entendimento da impugnante de que *“não estão em desacordo com as melhores práticas de comércio exterior, e podem interferir na disputa gerando falta Isonomia beneficiando empresas brasileiras em detrimento a empresas estrangeiras”*, observa devidamente o disposto no artigo 60 da Lei de Licitações.

O Item 05 foi esclarecido a partir da literalidade inerente ao Art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O critério de reajustamento estabelecido no edital, ao contrário do entendimento da impugnante, encontra respaldo no artigo 25 da Lei de Licitações e consta do Parecer JUC/CLN nº 1007/24 que *“Cumpramos ressaltar que esta cláusula é padrão dos editais de licitações internacionais no âmbito das contratações da Companhia do Metrô, não havendo notícia de que tenha sido considerada ilegal pelos órgãos de controle. Cita-se como exemplo as Licitações Internacionais n.º 10014660 e 10018647, dentre outras, que traziam a mesma cláusula no edital.”*.

O Item 06 foi esclarecido no bojo das informações prestadas pela Gerência de Suporte e Engenharia Operacional. Os argumentos de que as cláusulas previstas no edital *“parecem ser excessivas e podem desestimular a participação de licitantes estrangeiros”* são genéricas e carecem de apresentação de justificativas técnicas, tendo a área técnica atestado que *“A inclusão das cláusulas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia no contrato de aquisição de trens é fundamental para garantir a operação plena e sem riscos de processos judiciais relacionados a direitos autorais. Com base em experiências anteriores, fica claro que tais cláusulas não impedem a participação de licitantes estrangeiros (ou nacionais, embora não seja tópico do recurso em pauta) e são vistas como um mecanismo necessário para a proteção dos interesses das partes envolvidas, especialmente no que tange à flexibilidade para futuras modificações no sistema. Assim, a implementação dessas cláusulas é uma prática comprovada e eficaz, que contribui para a segurança jurídica e a viabilidade dos projetos de aquisição e operação dos trens.”*

O Item 07 foi esclarecido no bojo das informações prestadas pela Gerência de Execução

Financeira. Sobre a previsão editalícia do subitem 5.2.2.1 da minuta do contrato, a área técnica entendeu que “... *não há a necessidade de exclusão da cláusula*”, observando que a “... *minuta do contrato ao qual rege que a variação cambial é um fato previsível, assemelhado a uma matriz de riscos, por essa razão, trata-se de uma condição imposta previamente, cuja licitante nacional pode prever suas ações antecipadamente.*”. e que, conforme consta do Parecer JUC/CLN nº 1007/24, “*Trata-se de cláusula de alocação de risco, de um fato previsível, assemelhado a uma alocação de risco em uma matriz de riscos.*”

São Paulo, na data da assinatura digital

Luis Alberto Ferreira Diaz
Presidente da Comissão

Eduardo Canato Cayres
Membro titular

Fernando Serafim
Membro Titular

Eliane de Cristo Primo
Membro titular

Jayni Pereira da Silva
Membro suplente



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Serafim, Gerente**, em 19/12/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Alberto Ferreira Diaz, Gerente**, em 19/12/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jayni Pereira da Silva, Assessor Técnico de Gabinete IV**, em 19/12/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Canato Cayres, Gerente**, em 20/12/2024, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane de Cristo Primo, Colaborador**, em 20/12/2024, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0050594348** e o código CRC **4AC0EB29**.